



SENADO FEDERAL  
Consultoria Legislativa

**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)**

**Data da reunião:** 23/04/2019

**Presidente:** Senador Dário Berger

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<b>PLS 331/2017</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. <b>Autoria:</b> Senadora Rose de Freitas <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Neisinho Trad	Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.	O projeto visa a aumentar de 30% para 50% o percentual de recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar a serem destinados à compra de gêneros da agricultura familiar diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Foi apresentada uma emenda redacional. - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2	<b>PLC 108/2018</b> <b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional do Rodeio. <b>Autoria:</b> Deputado Capitão Augusto <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Wellington Fagundes	Favorável ao Projeto.	O objetivo do projeto é instituir o Dia Nacional do Rodeio, a ser comemorado anualmente no dia 4 de outubro.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<b>PL 409/2019</b> <b>Ementa:</b> Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. <b>Autoria:</b> Deputado Pompeo de Mattos <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Lasier Martins	Favorável ao Projeto.	O projeto determina que seja inscrito o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
4	<b>PLS 369/2015</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol. <b>Autoria:</b> Senador Gladson Cameli <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Romário	Contrário ao Projeto.	Altera a Lei 8.650/1993, tornando obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol. O projeto permite o exercício da profissão àqueles que tenham exercido, comprovadamente, por 6 meses ou mais, cargos ou funções de treinador em clubes de associações filiadas às Ligas ou Federações até a data do início da vigência da Lei. O relator considera o projeto uma ideia equivocada, argumentando que "limitar o exercício da profissão somente a eles é negar que estamos em um país onde não somente profissionais de educação física entendem de futebol". Pontua, ainda, que atletas com vasta experiência adquirida ao longo de suas carreiras seriam excluídos do exercício da profissão em caso de aprovação da lei.  - A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
5	<b>PLS 302/2017</b> <b>Ementa:</b> Estabelece a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidente sobre premiações de cunho artístico e cultural. <b>Autoria:</b> Senador Lasier Martins <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senadora Maria do Carmo Alves	Favorável ao Projeto.	Isenta a incidência de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em relação a premiações de cunho artístico e cultural, desde que a premiação tenha sido conferida por comissão com, no mínimo, três membros, e que a escolha tenha sido submetida a avaliação de desempenho, mérito ou relevância cultural. O projeto facilita a divulgação das comissões de escolha posteriormente à publicação dos resultados e determina que os benefícios da lei se aplicam a pessoas escolhidas "no âmbito dos programas públicos ou privados mediante inscrição de 'projeto cultural' ou similar".  - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
6	<b>PLC 111/2018</b> <b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional do Ecumenismo. <b>Autoria:</b> Deputado Cabo Sabino <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Flávio Arns	Favorável ao Projeto.	Institui o "Dia Nacional do Ecumenismo", a ser celebrado anualmente no dia 21 de outubro.

Data da reunião: 23/04/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	<b>PL 1619/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. <b>Autoria:</b> Deputada Geovania de Sá <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Eduardo Gomes	Favorável ao Projeto.	Altera a Lei Maria da Penha para assegurar matrícula na instituição de educação básica mais próxima do domicílio dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar.
8	<b>PLS 360/2017</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio. <b>Autoria:</b> Senadora Maria do Carmo Alves <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.	A proposição visa a incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dentre as incumbências da União, a de promover, de forma articulada com os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal, feira científica e tecnológica anual, com a participação de escolas das redes públicas de ensino médio. O relator apresenta duas emendas, para incluir a incumbência do Poder Público de promover feiras de ciência e tecnologia também na rede pública de ensino fundamental, e não só no ensino médio, como originalmente proposto.
9	<b>PLS 249/2018</b> <b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional do Museu. <b>Autoria:</b> Senadora Maria do Carmo Alves <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Zequinha Marinho	Pela aprovação do Projeto.	O PLS objetiva instituir o “Dia Nacional do Museu”, a ser celebrado, anualmente, em 18 de maio.
10	<b>PLS 641/2015</b> <b>Ementa:</b> Denomina “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis (GO) a Araguaína (TO); a BR-010, no trecho que vai de Araguaína (TO) a Santa Maria do Pará (PA); e a BR-316, no trecho que vai de Santa Maria do Pará (PA) a Belém (PA). Ademais, autoriza o Poder Executivo a criar o Museu Nacional de Rodovias, a ser construído no local de falecimento do Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo. <b>Autoria:</b> Senador Donizeti Nogueira <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Zequinha Marinho	Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.	O projeto pretende denominar “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis (GO) a Araguaína (TO); a BR-010, no trecho que vai de Araguaína (TO) a Santa Maria do Pará (PA); e a BR-316, no trecho que vai de Santa Maria do Pará (PA) a Belém (PA). Ademais, autoriza o Poder Executivo a criar o Museu Nacional de Rodovias, a ser construído no local de falecimento do Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo. Foram apresentadas três emendas. A primeira emenda suprime o dispositivo que autoriza o Poder Executivo a criar o Museu Nacional de Rodovias, por vício de constitucionalidade. As duas emendas finais alteram a ementa e o artigo 1º do projeto, modificando os trechos: “a BR-153, no trecho que vai de Anápolis – GO a Wanderlândia – TO, a BR-226, no trecho que vai de Wanderlândia – TO a Estreito – MA, a BR-010, no trecho que vai de Estreito – MA ao entroncamento com a BR-316 em Santa Maria do Pará – PA, e a BR-316, no trecho que vai do entroncamento com a BR-010 até Belém – PA.”

Data da reunião: 23/04/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	<b>PL 1153/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base. <b>Autoria:</b> Senador Veneziano Vital do Rêgo <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Romário	Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.	<p>Trata-se de projeto que visa a alterar a Lei 9.615/1998 (Lei Pelé) para dividir em seções o Capítulo V, o qual versa sobre a prática desportiva profissional, no tocante aos atletas de base. São incluídas disposições sobre direitos e garantias relativos aos atletas em formação.</p> <p>O relatório apresenta emenda que altera a expressão "atletas de base" para "atletas em formação", conforme o uso na própria lei. A emenda também determina que o clube fornecedor entregue à família documento no qual aquele se responsabilize pela segurança e integridade física do atleta em formação durante o período em que estiver sob sua responsabilidade.</p>

Item	Identificação da matéria
12	<b>REQ (REQUERIMENTO) 13/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aumento das mensalidades dos cursos de Medicina posteriormente a reformulação do FIES, onde se estabeleceu um teto de 7 mil de mensalidade para financiamento. Igualmente busca-se discutir o porquê do alto custo das inscrições dos processos seletivos para os cursos de Medicina nas universidades particulares, quando comparado a outros processos seletivos das demais graduações. <b>Autoria:</b> Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros
13	<b>REQ (REQUERIMENTO) 15/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos eventuais impactos decorrentes da implementação da telemedicina sobre os currículos dos cursos de Medicina e sobre a formação médica no País. <b>Autoria:</b> Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros
14	<b>REQ (REQUERIMENTO) 20/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, em aditamento ao Requerimento nº15/2019-CE, a inclusão do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) no rol de convidados para a audiência. <b>Autoria:</b> Senador Lasier Martins
15	<b>REQ (REQUERIMENTO) 23/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 93, II do RISF, a realização de Audiência Pública para debater " Educação Brasileira – O Ponto da Virada". <b>Autoria:</b> Senador Confúcio Moura

Item	Identificação da matéria
16	<b>REQ (REQUERIMENTO) 24/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de se discutir melhores práticas em educação para o País, com foco na atuação e formação de professores. <b>Autoria:</b> Senadora Leila Barros
17	<b>REQ (REQUERIMENTO) 26/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 68/2016, que "Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas doping no Esporte". <b>Autoria:</b> Senador Marcos do Val
18	<b>REQ (REQUERIMENTO) 34/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer a realização de audiência pública para debater a importância da educação para a mudança de mentalidades e o fortalecimento das políticas para as mulheres. <b>Autoria:</b> Senador Izalci Lucas
19	<b>REQ (REQUERIMENTO) 37/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, dia 22 de abril de 2019, para o lançamento, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da 20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a ser realizada de 22 a 29 de abril de 2019 <b>Autoria:</b> Senador Jean Paul Prates
20	<b>REQ (REQUERIMENTO) 38/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer informações ao ministro da Educação sobre as iniciativas adotadas pelo governo federal para a implementação de ações de combate e prevenção ao bullying nas escolas de educação básica. <b>Autoria:</b> Senadora Zenaide Maia
21	<b>REQ (REQUERIMENTO) 39/2019 - CE</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CE, sejam discutidas, em um ciclo de três debates, mediante duas audiências adicionais à primeira, a realidade e as perspectivas de implantação de um novo e permanente fundo de desenvolvimento da educação básica (FUNDEB). <b>Autoria:</b> Senador Flávio Arns

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.